

Ensaio de análise do Estado Moderno

I

BENEDICTO SILVA.

Em meio à formidável inquietude social em que vivemos, o Estado Moderno, produto maior desta época de ineditismos atordoantes, é sem dúvida o grande centro de interesse humano. Uma rede emocional de expectativas, partindo de todos os grupos sociais, converge para ele. Assumindo-se que as aparências, neste caso, refletem a realidade, podemos dizer que sentimentos diversos sublinham e alimentam as atitudes particulares de cada grupo em relação ao Estado Moderno. Uns o encaram com surpresa, outros com desconfiança, muitos não o compreendem; mas a maioria está, em toda parte, instintivamente se inclinando a confiar nele.

Sejam quais forem os julgamentos individuais sobre essa matéria, parece fora de dúvida que o Estado Moderno é, já agora, uma realidade de tal modo tangível que seria impossível ignorá-la. Os que, por tendência inata ou por educação, preferem conservar o Estado Antigo em nome da tradição, pelo menos em princípio poderão combater o Estado Moderno. Os céticos, que duvidam da possibilidade de melhores formas de organização social, certamente que estarão indiferentes às modificações ocorridas e ocorrentes nos processos e nos desígnios do Estado de nossos dias. Outros, provavelmente julgarão o Estado Moderno de acordo com as diferentes ideologias que porventura professem. Mas a ninguém é lícito negar que o Estado de hoje, tanto em métodos, como em recursos e objetivos, difere substancialmente do Estado Antigo.

Desde que essa realidade existe, e uma vez que a ela estão ligados, senão dela dependentes,

os mais importantes interesses imediatos de cada grupo social, bem como os de cada indivíduo, é natural que o Estado Moderno se imponha, como objeto de primeira consideração, a todos quantos se sintam atraídos por qualquer dos ramos em que as ciências sociais se desdobram.

E' fato já bastante conhecido que os pensadores contemporâneos, em geral, especialmente os que se ocupam de filosofia social, mostram-se cada vez mais interessados em analisar esse tema fascinante e momentoso que é o Estado Moderno. A despeito de ser, sobretudo, um matemático, Bertrand Russel, por exemplo, não podendo resistir à sua pronunciada vocação para o estudo dos assuntos sociais (1), acaba de publicar a mais profunda análise, em torno do poder — **Power — A New Social Analysis**, 1938, obra já citada, aliás, na primeira parte do presente ensaio. Entre outras excelências este livro possui a de iluminar a jato contínuo, para o leigo, problemas e enigmas que, em regra, desmoralizam e confundem a inteligência desarmada do cidadão ordinário. O autor passa em revista, nessa obra, numerosos fatores relacionados com o advento do Estado Moderno, embora não desenvolva nenhum esforço sistemático para isolar as causas determinantes do fenômeno. Refere-se, de passagem, a vários fatores a que atribue uma certa participação no conjunto de causas que motivaram o crescimento das funções do Es-

(1) "É-me impossível recordar uma só época de minha vida em que eu não estivesse interessado em Política..." V. Introdução in "*Selected Papers of Bertrand Russel*".

tado da atualidade, mas é no estudo implacável de seu tema central — estrutura e formas do poder — que ele se concentra, principalmente. Entre outras causas que julga, sem entretanto analisá-las extensamente, responsáveis pela intensificação do poder interno do Estado, Russel inclue o nacionalismo. Afirma ele que o nacionalismo esta minando, em muitos países, o prestígio moral da Igreja e transferindo para o Estado forças e impulsos emocionais que, até ha pouco tempo, encontravam desaguadouro na religião. “Nationalism... has greatly diminished their (refere-se às Igrejas) power in many countries, and has transferred to the State many emotions which formerly found their outlet in religion”. (Op. cit., pg. 170). O Papa Pio XI também aludiu, recentemente, à “divinização do Estado”, apontando-a com um dos males desta época apreensiva e trepidante. Aqui não posso resistir à tentação de abrir um breve parêntesis para tirar, dessas duas opiniões, uma ilação adicional, particularmente favorável à minha tese. Implícita e explicitamente, este ensaio pretende ser um chamamento à atenção geral para o fato de que o Estado Moderno, com ou sem **leaders** dignos deste nome, é poderoso em si e por si mesmo. Relembrado esse ponto, vejamos como as citadas opiniões de Russel e do Santo Padre reforçam minha tese.

Qualquer estudante iniciado em história sabe que a adoração religiosa de **governantes**, com a consequente divinização pagã dos mesmos, era acontecimento trivial nas idades antigas. Mas o **adorado** e **divinizado** então era o imperador, o cesar, o **leader**, o herói de carne e osso, jamais a entidade abstrata a que chamamos **Estado**. No presente caso, entretanto, Bertrand Russel fala de transferência de emoções religiosas da Igreja para o **Estado**, não para os governantes, e o Santo Padre, da divinização do **Estado**, não do **leader**, o que vem corroborar, indireta mas significativamente, a minha tese de que o Estado Moderno, que já está sendo julgado capaz de exercer poder até no domínio espiritual, é forte e fascinante em si e por si, independentemente do feitio particular daqueles que, em dado momento, estejam detendo o poder político.

Parece que a humanidade, como um todo, se está predispondo a aceitar o Estado Moderno tal como este se plasma atualmente, é dizer, ativo, arqui-empresendedor, poderoso, quasi tentacular.

Esta afirmativa não me vem nua de provas lógicas. Ela é perfeitamente defensável, pelo menos é defensável perante aqueles que aceitam “argumentos de autoridade”. Recorremos uma vez mais a Russell, já que, no momento, dificilmente haverá pensador que goze de mais autoridade do que ele, principalmente no mundo de fala inglesa. No capítulo intitulado **The State** de seu livro **Why Men Fight**, escrito em 1915, Russell afirma que “o poder do Estado é somente limitado, internamente, pelo receio de rebelião e, externamente, pelo de derrota em guerra. Sujeito a estas restrições, ele é absoluto”. Ainda que esta asserção não tivesse, para apoiá-la, a autoridade de Russell, eu duvidaria de que alguém pudesse refutá-la, tão exata e realística ela me parece. De sorte que, assim duplamente reforçada pela fonte de que provem e pelo realismo que encerra, a referida asserção se nos apresenta em condições excepcionais, podendo ser rigorosamente aceita como “argumento de autoridade”. Com base nela, podemos desenvolver o simples raciocínio seguinte: a) internamente, o poder do Estado é somente limitado pelo receio de rebelião; b) é fato que — primeiro — o poder interno do Estado de nossos dias tem aumentado e ainda está aumentando, em todos os países, de maneira até ha pouco desconhecida na história e, — segundo — que, salvo um ou outro caso isolado, todas as revoluções políticas ocorridas nestes últimos 30 anos não têm objetivado a diminuição, ao contrário, têm visado o aumento de poder interno do Estado. Logo, a própria causa que, segundo Russell, limita internamente o poder do Estado, passou a desempenhar papel diametralmente oposto. Logo, a humanidade, como um todo, parece predisposta a aceitar e até a apressar o advento do Estado Moderno. Não ha fugir: se o poder interno do Estado tem crescido, é que o receio de rebelião tem inversamente diminuído; e se o receio de rebelião tem decrescido, é que ha, por parte da maioria, uma atitude de aceitação, senão de apreço, relativamente ao crescimento do poder estatal.

Causas haverá, entretanto, para explicar esta mudança coletiva de atitude, que está forçando o aumento do poder interno do Estado. Russell observa, por exemplo, que “desde que haja sólidas razões para aumentar as funções do Estado, haverá uma predisposição, por parte dos cidadãos ordinários, em aquiescer, quanto a isso,

aos desejos dos governos" (Power, pg. 168). O aludido pensador, frequentemente considerado na Inglaterra "as the greatest mind in the country", ou "as the most brilliant person in the country, possibly in Europe", diz ainda completando o seu ponto de vista: "Entretanto, ha um certo desejo de independência (desire for independence), o qual se tornará, a certa altura, bastante forte para impedir, pelo menos temporariamente, qualquer crescimento ulterior de intensidade de organização" (por intensidade de organização, Russel quer dizer, nesta instância, aumento de poder interno do Estado, pois êle sustenta, como já vimos, que quanto mais intensa for a organização do Estado, tanto mais poderoso este se torna). "Consequentemente", prossegue ele, "quando a organização atinge certa intensidade, o amor da independência por parte dos cidadãos e o amor do poder por parte das classes dirigentes estabelecem entre si pelo menos um equilibrio temporário, de modo que se a organização for intensificada, o apego à independência se tornará a força mais forte, e se esse apego diminuir, então o antagonista mais forte será o amor do poder por parte dos governantes" (Ibidem). Já vimos que, no momento, o amor da independência por parte dos cidadãos parece muito menos forte do que o impulso organizacional do Estado, a julgar-se pelo crescente poder do último.

Experiências práticas bem conhecidas e, indiretamente, a psicologia moderna tornaram patente que os sentimentos de independência podem ser gradualmente enfraquecidos ao extremo se trabalhados pela educação e pela propaganda, duas das mais instantes preocupações do Estado Moderno. Russell, que se refere a tais fatos em algumas passagens de seu aludido livro (Power), não hesita em reconhecer que "o estado de equilibrio temporário entre o sentimento de independência e o amor do poder tende, portanto, sob as condições modernas, a mover-se mais e mais na direção do poder, desta arte pavimentando o caminho para a criação e o sucesso dos governos autoritários" (pg. 169). "O amor da independência", diz êle "pode ser enfraquecido, pela educação, a um ponto para o qual, presentemente, não ha limites conhecidos (By education, love of independence can be weakened to an extent to which, at present, no limits are known" (Ibidem). Walter Lippmann, tão agudo observador quanto frio e desapaixonado analista, confirma, de certo modo, a opinião

de Russell. Lippmann diz que foi gradualmente levado a acreditar que a passividade quasi aprovativa com que o homem médio de nosso tempo aceita a intensificação do poder interno do Estado, renunciando cada vez mais às liberdades individuais, "é a chave do enigma de nossa época, e que os homens estão deixando de ser livres porque já não são educados nas artes dos homens livres".

Em face dessa e de outras razões, que tentarei esboçar ao longo do presente capítulo, não será de todo em todo irrazoavel a crença de que o poder do Estado, nas condições atuais, tende a crescer mais e mais através da organização, sem entretanto acordar, na mente do homem médio, sentimentos hostis bastante fortes para assumirem expressão exterior efetiva. Embora com certa reserva, Russel partilha essa crença. "Até que ponto o poder interno do Estado é suscetível de crescer gradualmente sem provocar revolta", opina êle, "é impossivel de prever. Mas parece que não ha razão para se duvidar de que, com o correr do tempo, esse poder é capaz de ir muito além do ponto por êle atingido, em nossos dias, mesmo nos Estados mais autocráticos" (How far the internal power of the State may be gradually increased without provoking revolt it is impossible to say; but there seems no reason to doubt that, given time, it can be increased far beyond the point at present reached even in the most autocratic States" (Ibidem).

Tudo nos leva a crer que o fenômeno da intensificação gradual do poder interno do Estado seja um mosaico de efeitos combinados, ou um efeito compósito de numerosas causas. Os atributos relativos a elas escapam, necessariamente, às faculdades de abarcamento intelectual e análise do observador contemporâneo, ainda que este seja tão bem dotado que possa mobilizar todos os recursos da paciência, da sagacidade e da intuição. Consideradas em conjunto, ninguém será capaz sequer de determinar o número de tais causas. Consideradas de per si, quem poderia, por exemplo, primeiro, isolá-las e, depois, dissecá-las, medi-las e enunciar, em termos precisos, a natureza, ou o peso, ou ainda a época de vigência de cada uma delas? A que método científico poderia o observador recorrer, no estágio atual de desenvolvimento das ciências sociais, para levar a efeito essa difficilima tarefa? Por onde começá-la, que mensurações seriam necessárias e, admitindo-se que estas fossem facti-

veis, por que unidade ou unidades deveriam elas ser aferidas?

O que me parece possível, no momento, em relação às causas do fenômeno em tela, não vai além de suposições e conjecturas, baseadas na observação empírica e na intuição e, como tais, aceitáveis sob estrita reserva. Feita essa ressalva, julgo que se pode aventurar a apontar algumas das causas do principal fenômeno sócio-político de nossa época. Nesta instância, porém, me ocuparei apenas de uma — do progresso tecnológico. Estou convencido de que o progresso tecnológico tem desempenhado um papel extraordinário no processo de transformação estrutural por que o Estado está passando.

Durante os quasi dezoito séculos da Era Cristã em que a Filosofia Clássica, notadamente a lógica do Filósofo, isto é, de Aristóteles, comandou e inspirou o pensamento do Ocidente, tanto o rumo quanto o ritmo da civilização foram determinados pela especulação abstrata. Dominava então a ingênua crença, herdada dos gregos, de que o raciocínio puro, que havia operado o milagre de deduzir a geometria, era onipotente, devendo prevalecer, portanto, mesmo quando as conclusões entrassem em conflito com os fatos patententes. Enquanto o **handicap** psicológico da Filosofia Clássica, infelizmente ainda não liquidado de todo, preponderou na formação das elites intelectuais, a tecnologia, ou seja a ciência aplicada, não somente permaneceu fora das cogitações dos cientistas acadêmicos, como até constituía dos fundamentos líquido e certo para o desprezo intelectual e mesmo para a condenação dos raros espíritos iluminados que, como Roger Bacon no século XIII e Galileo no século XVII, ousaram rebelar-se contra a especulação abstrata, imaginando, para substituí-la, métodos menos estéticos mas em compensação muito mais racionais de elaboração científica, tais como a experimentação e a mensuração (2). Pelo fato de haver ousado desafiar o Filósofo, Roger Bacon foi acusado de "praticar magia negra" e, após um processo su-

mário, metido na prisão, onde amargou dez anos.

Em verdade, infimo preço custou a Roger Bacon a glória de haver criado, em pleno século XIII, o verdadeiro espírito científico moderno! A idéia da experimentação, cuja paternidade lhe cabe inteiramente, foi e ainda é o manancial fecundo que alimenta, inspira e incessantemente enriquece o patrimônio científico de que hoje a humanidade já se pode legitimamente orgulhar.

Seria ocioso reviver aqui a tragédia de Galileo, uma vez que se trata de fato demasiado conhecido. Registre-se apenas que, segundo a opinião geral de sábios e filósofos contemporâneos, Galileo foi um dos criadores do mundo moderno. Há até quem afirme que a sua influência na vida social tem sido maior do que a de Aristóteles, tanto em extensão quanto em profundidade.

"A lâmpada que Roger Bacon acendeu", diz Stuart Chase, "bruxoleou de tempos em tempos mas se tornou cada vez mais forte pelos séculos afora" (3). Iluminado pela sua chama, o espírito científico cresceu e ganhou terreno, graças aos esforços, muitas vezes obscuros, de uns poucos pioneiros, trazendo afinal o que o citado economista americano chamou "a substituição das especulações de poltrona pela evidência quantitativa".

A partir do momento em que, aí por volta do último quartel do século XVIII, quando surgiram as primeiras grandes invenções modernas, os adeptos da mensuração e da experimentação foram aumentando, animados pelo bom êxito de suas investigações, a nova tecnologia começou a influir, lenta mas gradualmente, na elaboração do progresso cultural e material. Desde esse período divisório, em que, na opinião de G. Valois, a humanidade inaugurou uma nova idade, a evolução tecnológica tem crescido cumulativamente e por etapas geométricas (4). E quanto

(3) "The lamp which Roger Bacon lit flickered from time to time, but grew stronger down the centuries". (Op. cit., pg. 61).

(4) "Unlike other branches of civilisation, the results of technological progress are cumulative". "Every stage in technological development is in itself a source of further development, every tool or machine made facilitates the construction of a still and more efficient tool or machine. The construction of one tool paves the way for another and more efficient tool..." "This progressive tendency, this upward march, is inherent in the nature of technology". (Ferdynand Zweig, *Economics and Technology*, pg. 28).

(2) "So long as Aristotle remained the philosopher, invention languished, and even the roads and aqueducts of the Romans fell into decay. Aristotle had little use for the practical application of science. To a Greek freeman, the "vulgar arts" were beneath contempt. The medieval church did its part by turning men's eyes toward the heaven, rather than toward the things of this world". (Stuart Chase, *Men and Machines*, pg. 55).

mais ela tem avançado, tanto mais a especulação de poltrona tem deixado de ser fator influente no rumo e no ritmo da civilização. Estes estão sendo forjados, cada vez mais, nos laboratórios, pela ciência aplicada, através da experimentação e do conhecimento quantitativo.

Vejamos a seguir que relação de causa e efeito possivelmente existe entre Roger Bacon, simbolicamente considerado, e o Estado Moderno. Conforme já disse, estou convencido de que uma das mais prováveis causas do advento do Estado Moderno é o progresso tecnológico. Exporei sucintamente, nas páginas que se seguem, os motivos que me levaram a essa convicção.

Como é sabido, o progresso tecnológico se acentuou principalmente a partir da segunda metade do século passado, quando o gênio humano conseguiu aumentar a "Família Energia", então composta de três membros — o Ferro, o Carvão e o Vapor — juntando-lhe mais dois, não menos conspícuos — a Eletricidade e o Petróleo. Descobrimo, conquistando, subjugando e explorando combinadamente os cinco maiores da **Power Family**, o homem se fez senhor de tremendo poder sobre os elementos naturais, assim como sobre seus próprios semelhantes, acabando por criar uma verdadeira idade nova — a Idade da Energia.

Esse novo e dramático ciclo da evolução humana, à medida que vai adquirindo forma e consistência, possui a faculdade de provocar reações diversas, impressionando, de modo desigual os diferentes indivíduos, motivo por que estes lhe têm dado vários nomes, todos similares em essência mas indicativos de impressões peculiares. Idade do Ferro, Idade do Vapor, Idade do Carvão, Idade da Máquina, Idade do Óleo, Idade Elétrica, Idade do Motor, Idade Científica e Idade da Energia, eis os principais exemplos das muitas denominações com que o homem tem tentado batisar a idade atual. Em seu interes-

santíssimo livro **Men ad Machines**, Stuart Chase opina que, embora haja alguma coisa a ser dita em favor de cada uma daquelas denominações, a mais própria de todas é a última da lista — Idade da Energia (**The Power Age**). Esta abrange, sem qualificação, o período que vem de Watt a Diesel, isto é, aos nossos dias, segundo o referido autor. No decorrer desse espantoso período, a inteligência e a imaginação humanas realizaram maravilhas que confundiriam o próprio Aristóteles, tiraram do nada, criaram e aperfeiçoaram milhões de pequenas, centenas de médias e seis ou sete dezenas de grandes invenções e descobertas, muitas das quais inspirariam terror aos sábios da Idade Média. A relativamente pequena parte desse dilúvio criativo já incorporada, pela sanção da prática, aos primitivos meios de ação, suplementou espantosamente as faculdades físicas e mentais do ser humano, potenciando-lhe a mobilidade, a voz, a força muscular, o alcance e a acuidade dos sentidos.

A história do desenvolvimento tecnológico moderno, particularmente iniciada há 170 anos com o engenho a vapor de James Watt, devia ser escrita com tinta feita de tecido nervoso, tão palpitante, movimentada e espetacular é a sucessão de seus capítulos. Uma simples relação das descobertas e invenções realizadas nesse período é bastante para incutir no **profanum vulgus** a idéia de que certos homens, os inventores e cientistas, foram endemicamente atacados de gigantismo mental, celebraram diabólicos pactos com as forças naturais e passaram a praticar coisas abraçadabrantes. Grosseiramente calculado, o intervalo médio de tempo entre os aparecimentos das grandes descobertas e invenções ocorridas durante esse período, é de três anos. Relacionando apenas as invenções que o leigo, a olho nú, julga principais, o conjunto que se nos apresenta é mais ou menos o constante do quadro abaixo.

ALGUMAS DAS GRANDES INVENÇÕES MODERNAS (5)

Datas	Invenções	Inventores	Países
1776	Vapor	J. Watt	Inglaterra
1784	Forno reverberatório	Cort	"

(5) A maioria das informações contidas no presente quadro foram extraídas do livro *Men and Machines*, de Stuart Chase. Muitas delas contradizem, no que se refere a datas e inventores, informações encontradas em outras fontes. O que interessa no presente caso, porém, não é tanto a exatidão das informações sobre datas e inventores quanto a simples relação dos instrumentos e máquinas feitas, até agora, na Idade da Energia.

Datas	Invenções	Inventores	Países
1800	Bateria galvânica	Volta	Itália
1800	Máquina de fazer papel	Fourdinier	Inglaterra
1807	Primeiro navio a vapor comercialmente exploravel	Fulton	Estados Unidos
1827	Turbina Hidráulica	Fourneyron	França
1828	Electromagneto	Henry	Estados Unidos
1829	Locomotiva	Stephenson	Inglaterra
1831	Dinamo	Faraday	"
1835	Telégrafo elétrico	Morse	Estados Unidos
1839	Fotografia	Daguerre	França
1846	Máquina de costurar	Howe	Estados Unidos
1847	Prensa rotativa	Hoe	" "
1851	Locomotiva elétrica	Vail	" "
1861	Metralhadora	Gatling	" "
1867	Dinamite	Nobel	Suécia
1870	Forno elétrico	Siemens	Alemanha
1876	Telefone	Graham Bell	Estados Unidos
1877	Motor de explosão int.	Otto	Alemanha
1878	Lâmpada incandescente	Edison	Estados Unidos
1884	Turbina a vapor	Parsons	Inglaterra
1884	Linotipo	Mergenthaler	Estados Unidos
1888	Máquina de calcular	Burroughs	" "
1893	Máquina cinematográfica	Edison	" "
1895	Raios X	Roentgen	Alemanha
1896	Radioatividade	Becquerel	França
1896	T. S. F.	Marconi	Itália
1900	Motor Diesel	Diesel	Alemanha
1901	Aeroplano	SANTOS DUMONT	BRASIL
1927	Televisão	Baird	Inglaterra
?	Célula foto-elétrica	?	Estados Unidos

Colocado entre as forças naturais que já submeteu a seu controle científico e as que está em vias de submeter, sente-se o homem na posição de *nouveau-riche*, isto é, atordoado, confuso, cansado, psicologicamente incapaz de se adaptar às suas novas e continuamente renovadas condições de existência, advindas tão subitaneamente com a Idade da Energia. Hoje, ou mediante a aplicação de teorias confirmadas, leis naturais já conhecidas, métodos científicos acessíveis, ou mediante a utilização de máquinas, aparelhos, instrumentos de precisão, compostos químicos, conjugadamente com as inúmeras técnicas e habilidades profissionais trazidas pelo advento da Idade da Energia, o homem está virtualmente habilitado a satisfazer quasi todas as necessidades, desejos e fantasias de que é suscetível. O imaginário *Pays de Cocagne*, onde ha abundân-

cia de tudo, exceto de trabalho humano, é já agora tecnicamente possível. Conforme observa Ralph Henry Curt, "o conhecimento da história das invenções deve impedir-nos de dizer "impossível". Matemáticos profundos provaram que o vôo do mais-pesado-do-que-o-ar era impossível — e entretanto isso foi feito". (*The Story of Discovery and Invention*, pg. 566). Mas quantos, dentre nós, do "rebanho comum", teremos assimilado ou estaremos em condições mentais de compreender essas verdades?

Henry Hubbard, secretário do mundialmente famoso *Bureau of Standards* dos Estados Unidos, relata que o filósofo Emerson, ao compreender o sentido profundo da nova idade da ciência, exclamou certa vez: "Jamais conheci um homem tão rico quanto todos os homens podem ser!" Textualmente: "I have never known a man as

rich as all men ought to be!" A preciência com que Emerson viu a sociedade do futuro é, já agora, em nossos dias, uma possibilidade técnica. Pela primeira vez na história do mundo, a sociedade civilizada está literalmente transbordando de *nouveaux riches*. Acontece, porém, que a riqueza é tão grande e foi adquirida tão rápida e inesperadamente, que nós, os novos ricos, ainda não conseguimos nos livrar da fase da perplexidade. A grande maioria não somente permanece ignorante dos tesouros inesgotáveis que jazem à sua disposição no progresso tecnológico, e que ela poderia utilizar e usufruir, pacificamente, sem necessidade de recorrer a qualquer motim ou desordem social, como também parece incapaz de apreender as novas realidades, assemelhando-se, nesta última hipótese, a um indivíduo analfabeto e extremamente rude que, enriquecido de repente e por acaso, nem sequer soubesse distinguir entre duas cédulas de valores diferentes. A incapacidade do homem médio de nossos tempos para compreender a Idade da Energia, é tão geral e evidente que Stuart Chase a qualifica de **alarmante**. Efetivamente, depois de relacionar os efeitos **manifestamente bons** do progresso tecnológico moderno, o referido economista americano passa a inventariar os **manifestamente maus**, entre os quais inclui o que ele enuncia da seguinte maneira: "Ha também um alarmante encurtamento de compreensão, por parte do homem médio, relativamente à tecnologia que lhe dá abrigo, que o veste e o alimenta. O desenvolvimento técnico e a ignorância publica a respeito das implicações do mesmo tendem a mover-se com igual velocidade em direções opostas". (Op cit., pg. 322).

A observação realística dos paradoxos monstruosos do mundo de nosso tempo evidencia que ha um "**maladjustment**" não somente adiando mas também tornando penosa, e mesmo trágica, a compatibilização do progresso científico e tecnológico, de um lado, com o progresso social, de outro. Apesar de suas maravilhas, o progresso tecnológico se apresenta, nas condições atuais, como uma espécie de **embarras de riqueza**, antes complicando a vida do homem e inflacionando as causas de fricção social do que tornando melhor e mais agradável o mundo em que vivemos.

Já porque a mente humana, considerada em sua expressão média, ainda não compreendeu, não tomou consciência do Mundo Moderno tão de chofre modelado pela Idade da Energia, já

porque as novas realidades circundantes, ao lado de seus efeitos benéficos, provocam e aprofundam antagonismos de ordem social e econômica, já porque o progresso tecnológico, atingindo a sociedade desigual e desordenadamente, revela, aguça e estabelece desequilíbrios perturbadores na estrutura da mesma, a Idade da Energia está reclamando, instantemente, a cooperação da disciplina em forma de organização. A massa espantosa de forças naturais que o homem já dominou e pôs a seu serviço, ao mesmo tempo que produz resultados vantajosos e longamente sonhados, ultrapassa, em seus efeitos indiretos e nas repercussões encadeadas que estes projetam na vida do agregado humano, todos os limites de previsão possível, indo afetar fronteiras remotíssimas, jamais levadas em consideração nos cálculos e sonhos iniciais. A própria imaginação, único veículo de que dispomos para excursionar pelo futuro e pelo desconhecido a dentro, é impotente para atingir, no presente, as consequências futuras, sobretudo as consequências indiretas, de uma invenção maior — a televisão, por exemplo. Bastou o cérebro de Michael Faraday para conceber e criar o dínamo; Alexandre Graham Bell, praticamente sozinho, tirou do nada essa maravilha do século XIX, — tão banal em nossos dias — que é o telefone. Mas nem Faraday, nem Bell, nem dez mil Faradays e Bells seriam hoje capazes de controlar, ou sequer de conhecer, todos os efeitos sociais imediatos e repercutivos do dínamo e do telefone. Conta-se que certa vez, ao ser questionado sobre a utilidade de sua invenção, Faraday respondeu perguntando: "Seria o senhor capaz de me dizer qual a utilidade de uma criança recém-nascida?" (Textualmente: "Can you tell me the use of a new-born child?")

Para atenuar, corrigir e canalizar as consequências indiretas, as repercussões econômicas, os écos sociais dos agentes de liberação de energia que o homem vai captando em maré montante, assim como para evitar que aquelas consequências, repercussões e écos se tornem calamitosos na vida do agregado, é necessário que, a certa altura do progresso tecnológico, intervenha um poder disciplinador providencial — a Organização.

Quando sôa a hora em que não só o aproveitamento racional e equilibrado do progresso tecnológico já disponível, mas também a própria tendência da evolução humana, tornando-

se caótica e perigosa, como na presente fase histórica, exigem reajustamentos e gritam por organização em nome do bem geral, para que entidade deve o homem logicamente apelar? Que poder então se revela mais efetivo para vir em socorro do homem e ordenar, pela organização, os fatores sublevados? Se me acompanhou até aqui, o leitor já terá deduzido minha resposta: esse poder é o Estado, e ao Estado cumpre atender ao chamamento das circunstâncias. Porque? Responderei por partes. Não se infira, porém, que a apresentação em série, como vou fazer, dos fatos e argumentos com que respondo a esse "porque?", signifique que eu lhes atribua um sistema de pesos empíricos, decrescentes ou crescentes segundo a ordem de colocação. Reunidos, eles constituem um todo lógico, que pretende ser uma resposta àquela questão. Assim, o peso individual de cada um dos argumentos a que recorro neste ensejo, carece de interesse para mim. Basta-me a suposição de que todos eles se ajustam à linha geral de minha tese.

1. Não importa em que âmbito nacional, o Estado já é a instituição mais poderosa até hoje criada pelo homem. Ora, se a tarefa que nos desafia, ou antes, que desafia a sociedade atual é uma espécie de imposição de disciplina aos efeitos de causas tão vastas e dinâmicas que deram lugar ao aparecimento da Idade da Energia, está bem visto que essa tarefa, até por uma questão de física elementar, deve ser confiada ao Estado, único poder bastante grande para enfrentá-la com probabilidade de bom êxito.

2. Tanto teórica quanto praticamente, o Estado é a entidade menos pessoal e menos parcial que se conhece em relação à maioria. Afastada, por absurda, a hipótese de se cometer semelhante tarefa a indivíduos isolados, nenhuma outra instituição humana está em condições tão adequadas como o Estado para, agindo imparcialmente, salvaguardar os interesses e, se possível, aumentar o bem estar da maioria. Em não importa quais circunstâncias, o grande, o primeiro, o dominante problema, o problema central e irreduzível da sociedade é a defesa daqueles interesses. James Harvey Rogers, reputado professor de economia americano, escreveu o seguinte conceito na primeira página de seu recente livro, *Capitalism in Crisis* (1938): "Qualquer sistema, para sobreviver, deve cuidar da maior parte do povo na maior parte do tempo". Como não ha tradução perfeita, aqui vai o texto

em homenagem a ambos, ao autor citado e ao leitor: "To survive, any system must take care of most of the people most of the time". No caso corrente, o problema não deverá ser limitado à simples correção dos "maladjustments" provocados pela Idade da Energia. Em face do atordoante progresso tecnológico da hora presente, os interesses da sociedade humana podem ser divididos em duas grandes classes: interesses tradicionais e interesses em ser. A promoção dos interesses tradicionais, consiste, principalmente, na conservação e melhoramento dos usos, mores e práticas sociais que já se revelaram benéficos ao agregado humano, tais como a educação, os serviços de saúde pública, a proteção à integridade física e aos legítimos bens do indivíduo, etc. A promoção dos interesses em ser deve consistir em medidas habeis, tendentes a acelerarem, com um mínimo de atritos e de modo que aproveite à maioria, a distribuição dos benefícios disponíveis do progresso científico e tecnológico. Em outras palavras, a defesa inteligente dos interesses da maioria tem alcance superior e implica, nas condições atuais, esforços maiores, tais como os que possam proporcionar facilidades no aproveitamento das conquistas tecnológicas, desta arte diminuindo o contraste que atualmente existe entre os aspectos técnico e social do progresso humano. Seria ridículo pensar-se na execução dessa tarefa, se não houvesse o Estado para se incumbir de levá-la a efeito.

3. O Estado tem mais experiência do que qualquer outra instituição para adotar, no momento oportuno, medidas excepcionais com que fazer face a ocorrências igualmente excepcionais. Quando uma calamidade, guerra civil, invasão estrangeira, endemias, fome, em suma, qualquer causa de desgraça coletiva aflige determinado país, é ao Estado que competem, tradicionalmente, os onus, isto é, as medidas de reparação, de socorro, de mitigamento e, às vezes, de salvação da comunidade flagelada. Daí o fato de o Estado haver acumulado uma experiência multi-secular para tratar de situações anormais. Haveria necessidade de dizer que a época atual, em certos aspectos, é a mais cruel por que a humanidade tem passado em séculos? Logo, o momento é chegado em que a sociedade deve pedir ao Estado, como, aliás, está pedindo, o auxílio protetor de sua força e de sua experiência.

4. Os agregados humanos já estão inveterados na prática racional, a que recorrem desde

tempos imemoriais, de transferir prontamente para o Estado a solução de todos os problemas. a realização de todas as empresas de interesse geral que, transcendendo a capacidade individual e a de grupos isolados, exigem largueza incomum de recursos. A ordenação dos efeitos diretos e indiretos, conhecidos e suspeitados da avalanche de forças naturais que o homem liberou mas que, como o lendário ajudante do feiticeiro, é incapaz de comandar exclusivamente no sentido do bem, constitue o maior empreendimento coletivo que jamais desafiou a sociedade. Uma larga, longa, intensa e ordenada cooperação, inelutavelmente superintendida pelo Estado, é o único meio idôneo de que a sociedade dispõe para atacar tal empreendimento.

5. Para disciplinar, no âmbito nacional, as novas condições impostas ao mundo pelo progresso tecnológico, é necessário, é inevitável que o poder ordenador, qualquer que ele seja, disponha da faculdade de restringir certas liberdades ao indivíduo para melhor proteger a sociedade (a maioria). Em outras palavras, a organização geral, elevada ao grau que ora se faz impositivo, só se tornará viável se prevalecer sobre a liberdade do indivíduo, onde e quando quer que com esta entrar em conflito. Isso quer dizer que o tipo de organização que ora a sociedade reclama do Estado, entendida a palavra **organização** no sentido lógico e novo que Russell lhe atribue, pressupõe um aumento imediato do poder coercitivo que, em grau maior ou menor de intensidade, sempre existiu nas sociedades historicamente conhecidas. Ora, é por demais sabido que, por efeito de forças inertes altamente eficientes, o hábito, o costume tradicional — dêem a essas forças os rótulos que quizerem — a sociedade só se mostra disposta a aceitar interferências coercitivas, especialmente se intensificadas, quando estas emanam do Estado. A rotina tornou o homem psicologicamente inapto para abrir mãos, ainda que em benefício dos legítimos interesses da comunidade, de parcelas importantes de sua liberdade, a não ser em face do poder coercitivo exercido exclusivamente em nome do Estado. Nesta passagem, o conceito de Estado que emprego deve ser entendido extensivamente, significando a organização política responsável pelos negócios públicos sob qualquer regime, inclusive no caso em que o Estado esteja confundido com a Igreja a ponto de se chamar teocracia, como nas experiências dos Jesuítas no Paraguai e de Calvino

em Genebra. Fora do Estado, o único poder de coerção física ou material que o homem reconhece, além de ser relativamente insignificante, emana de instituições a que ele pertence de livre vontade, tais como partidos políticos, igrejas, associações de classe, sindicatos profissionais, clubs, organizações beneficentes, cooperativas de crédito e de consumo, e poucas mais. O homem pode não transigir com o Estado autocrático, pode rebelar-se contra a coerção que este exerce, pode recorrer a conspiratas, mas é fora de dúvida que a sua reação seria muito maior e mais pronta se a faculdade coercitiva fosse transferida, por exemplo, dentro do Estado, para qualquer outra das instituições humanas. Aqui entram em ação, no íntimo do homem, a força imponderável do hábito, o costume velho de milhares de anos, a tradição que já era tradição antes de Cristo. O que o homem está habituado a ver, no presente e na história do passado, no seu como nos demais países, é que uma única instituição tem o privilégio, ou o direito de coagir — o Estado. Dentro do Estado e pelo Estado, o poder de coagir pode variar de grau de intensidade sem causar maior estranheza — o homem já está afeito a isso. Fora do Estado, o poder de coerção só é tolerado até certo ponto, mesmo assim, voluntariamente.

*
* *

Façamos agora uma síntese da idéia geral sustentada até aqui.

A menos que se ponha por terra a minha premissa segundo a qual os efeitos desordenados do progresso tecnológico produziram, por sua vez, uma "desharmonia cultural" profunda, que constitue um problema social de área vastíssima, insuscetível de ser resolvido não só por pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado, mas também pela organização arcáica do Estado Antigo, é impossível fugir à conclusão de que o Estado Moderno surgiu como uma imposição do progresso humano. Com isso não quero dizer, precisamente, que o Estado Moderno seja, em si mesmo, uma expressão genuína de progresso. Limite-me a reconhecer nele tão somente um instrumento novo, necessário nesta época de crise social crônica.

Quem aceitar aquela premissa não poderá recusar esta conclusão. Mas ainda que meu en-

saio de teoria esteja basicamente errado, o que é a hipótese mais provável, pois, como disse, estou construindo com material oriundo exclusivamente da observação empírica e da intuição, nem por isso o Estado Moderno — espécie de polvo patriarcal, que constringe para proteger, não para esmagar — deixará de existir e de ser tremendamente poderoso. Quem aceitar, teoricamente, a necessidade do Estado Moderno, do Estado dinâmico, arqui-empresendedor, plétórico de vida e sobrecarregado de responsabilidades, nada mais fará, entretanto, do que admitir, abstratamente, a mais concreta realidade histórica de nossos dias. Com teoria, que o explique e, desta arte, o torne digerível, principalmente para os intelectuais, ou sem teoria nenhuma, o Estado Moderno é uma

fatalidade sociológica difícil de ser posta à margem. Ninguém se poderá livrar dela mediante, por exemplo, o ingênuo recurso de pretender ignorá-la.

Se um sociólogo iluminado e suficientemente prestigioso conseguisse formular uma teoria inteiramente convincente para explicar o advento do Estado Moderno, faria por certo um grande bem àquela classe de intelectuais insatisfeitos, que em todos os países acompanham com desgosto o crescimento do controle estatal, fenômeno com que eles, fieis a concepções belas, mas já obsoletas, não estão preparados para se conformar na prática, sem antes conhecerem a respectiva justificação teórica.